

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU manda ajustar Fundaf..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula confirma ida aos EUA..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por R\$ 9,4 milhões, Lewandowski comprou casa de investigado pela PF..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Liminar derruba cobrança de multa isolada de R\$ 25 milhões..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo regime de tributação mudará serviços de datacenter (Artigo)..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Hugo Motta prometeu fazer a reforma administrativa mas entregou o "trem da alegria" -
COLUNA DO ESTADÃO..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS nega encontro com Vorcaro e diz que contrato 'cheirava mal'..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula apoia mandato para ministros do Supremo..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso só deve tratar de caso Master depois do Carnaval..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Contenção do escândalo faz germinar ambiente para nova Lava-Jato..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Itaú deve ampliar lucro e manter retorno elevado..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Pai de Vorcaro contrapôs seguradoras por crédito de carbono..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Medida pode ajudar a destravar reforma administrativa..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Dino suspende penduricalhos em todos os níveis dos três Poderes..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pena para crimes contra a honra de servidores será maior.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - EU
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Estamos criando o SUS da cultura".....28

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IR mínimo para alta renda pode alterar procura por isentos.....31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Novos rumos da ordem global (Artigo).....33

TCU manda ajustar Fundaf

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Ministério da Fazenda, no prazo de 180 dias, regularize a gestão do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), após a constatação de falhas e possíveis ilegalidades na condução desse mecanismo entre 2009 e 2018.

Uma das descobertas da auditoria aponta para o uso de R\$ 32,5 bilhões no pagamento de pessoal e encargos sociais. A equipe de técnicos do TCU classificou isso como "prática ilegal", por entender que representa desvio da finalidade do fundo, pois não é destinado a esse tipo de gasto.

O Fundaf foi criado nos anos 1960 e, em geral, financia despesas com o reaparelhamento e o reequipamento das atividades de fiscalização da **Receita Federal**. Com o tempo, esse mecanismo passou a custear o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais (**Carf**) e de projetos e atividades a cargo do Fisco.

O relatório de auditoria do TCU mostrou que foram movimentados R\$ 117 bilhões, de 2009 a 2018, incluindo recursos legais vinculados ao Fundaf e às suas subcontas especiais. Foram pagos aproximadamente R\$ 252 milhões de honorários sucumbenciais, mas essa quantia foi utilizada na fase administrativa da cobrança da Dívida Ativa da União - advogados públicos receberam antes do ajuizamento de qualquer ação, o que é irregular.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/06/all.pdf>

Lula confirma ida aos EUA

» **FERNANDA STRICKLAND** » **RAPHAELA PEIXOTO**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, em entrevista ao UOL, que pretende viajar a Washington, "possivelmente", na primeira semana de março para uma conversa direta com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Segundo ele, o encontro deve tratar de interesses comuns e buscar acordos entre as duas maiores democracias do Ocidente.

Segundo Lula, a reunião ocorrerá após compromissos internacionais na Índia e na Coreia e terá como objetivo promover um diálogo franco entre os governos. "Nós somos o presidente das duas maiores democracias do Ocidente, nós temos que sentar numa mesa, olhar um no olho do outro", declarou.

Entre os temas previstos estão parcerias industriais, exploração de minerais críticos, investimentos e ampliação das exportações.

O presidente, porém, ressaltou que há um limite inegociável nas tratativas: "A única coisa que eu não discuto é a soberania do meu país. Essa é sagrada." Lula também afirmou estar disposto a tratar de qualquer assunto com o governo norte-americano, desde que haja respeito mútuo, e disse que a intenção é estabelecer acordos que permitam aos dois países "trabalhar juntos" e enfrentar problemas comuns.

Na entrevista, o presidente revelou que já compartilhou informações com Trump para incentivar uma cooperação direta no combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Segundo ele, materiais preparados pela **Receita Federal** e pela Polícia Federal foram enviados ao governo norte-americano.

"Mande material preparado pela minha **Receita Federal**, pela Polícia Federal, mandei as empresas, mandei os cinco navios que estão presos aqui", afirmou. Lula relatou ainda ter indicado um caso específico (de tráfico de drogas) e fornecido endereço e fotografia de um procurado pela Justiça que residia em Miami.

O presidente adiantou que pretende levar uma comitiva de autoridades na viagem aos Estados Unidos, incluindo o ministro da Justiça, o diretor-geral da Polícia Federal, o secretário da **Receita Federal** e o procurador-geral da República.

"Se quiser combater o crime organizado e o narcotráfico, o Brasil está aqui na linha de frente", disse. Venezuela Ao abordar o cenário latino-americano, Lula defendeu maior integração política e econômica entre os países da região. Para ele, a história de mais de cinco séculos demonstra a necessidade de aprender com experiências passadas e ampliar a cooperação.

O presidente lembrou que o comércio entre Brasil e Argentina era de cerca de US\$ 7 bilhões quando assumiu a Presidência, em 2003, e chegou a US\$ 39 bilhões ao final de seu mandato, resultado de uma mudança na lógica da política externa brasileira. Segundo Lula, o período entre 2002 e 2012 foi "o melhor período de política social e inclusão social e de crescimento da história da América do Sul".

Sobre a Venezuela, afirmou que a solução para a crise deve partir dos próprios venezuelanos e que a condução dos rumos do país não deve ser imposta por atores externos.

"Quem vai resolver o problema da Venezuela são os venezuelanos.

Permitam que eles resolvam os problemas deles", declarou. A prioridade, segundo ele, é fortalecer a democracia e melhorar as condições de vida da população, incluindo o retorno de milhões de pessoas que deixaram o país.

Lula também defendeu a criação de instituições latino-americanas mais fortes e alertou que a falta de integração pode condenar a região "a mais um século de pobreza e esquecimento". Para o presidente, a América do Sul é uma "zona de paz" e deve concentrar esforços no crescimento econômico e no fortalecimento democrático.

Banco Master Na mesma entrevista, Lula afirmou que o governo não adotará posição política em relação ao Banco Master e que eventuais irregularidades devem ser analisadas tecnicamente pelo Banco Central. A orientação, segundo ele, é aprofundar as investigações para identificar possíveis responsáveis por prejuízos ao sistema financeiro.

O presidente relatou ter recebido o empresário Daniel Vorcaro após pedido intermediado pelo ex- -ministro da Fazenda Guido Mantega.

Segundo Lula, o empresário afirmou estar sofrendo perseguição e pressões do mercado.

"Não haverá posição política pró ou contra o Banco Master, o que haverá será uma investigação técnica feita pelo Banco Central", disse. "A política não entrará em evidência. O que vai entrar é a competência técnica do Banco Central para saber se está errado, se você quebrou, se tem dinheiro lavado ou não tem." Ele contou que chamou o filho Lulinha ao Palácio do Planalto para uma conversa. "Quando saiu o nome do meu filho, chamei ele e disse: 'Só você sabe a verdade. Se você tiver alguma coisa, vai pagar o preço, mas se não tiver, se defenda'", narrou.

Lula afirmou ainda ter convocado o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central e o procurador-geral da República para discutir o caso, que pode representar "a primeira chance real de pegar os magnatas da corrupção, da lavagem de dinheiro nesse país".

"Não me importa quem envolva - político, partido ou banco.

Quem tiver metido nisso vai ter que pagar o preço da irresponsabilidade", acrescentou.

Questionado sobre a divulgação de um contrato do escritório do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski com o banco, Lula saiu em defesa do jurista. "O Lewandowski é um dos maiores juristas que esse país já produziu. Todo e qualquer bom jurista é contratado por qualquer empresa que esteja com qualquer dificuldade", afirmou.

O presidente também cobrou esclarecimentos sobre a aplicação de recursos públicos na instituição e citou depósitos de fundos de trabalhadores por governos estaduais.

Economia Lula voltou a defender a redução da jornada de trabalho e disse que pretende dialogar com o Congresso Nacional para aprovar mudanças na escala 6x1. "Está na hora de a gente fazer uma mudança na jornada de trabalho neste país, para que o povo tenha mais tempo de estudar, de pensar", afirmou.

Segundo o presidente, o avanço tecnológico elevou a produção e permite reavaliar o modelo atual.

"Hoje, um jovem, uma menina, ele não quer mais levantar cinco horas da manhã e ficar até seis horas dentro de uma fábrica, pegando um ônibus lotado", disse.

Ao comentar o cenário econômico, Lula avaliou que os dados positivos de sua gestão ainda não se

converteram em votos porque "não tem campanha ainda". Para ele, 2026 será o "ano da colheita" após um período dedicado a reconstruir políticas públicas e retomar obras paralisadas.

O presidente também criticou agentes do mercado que, segundo ele, reclamam dos gastos do governo e não consideram os impactos sociais das medidas. Lula defendeu o aumento real do salário mínimo e afirmou confiar no trabalho do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, apesar de considerar a taxa básica de juros elevada.

"O país só voltou a crescer acima de 3% ao ano quando eu voltei para a Presidência da República", declarou, ao rebater previsões pessimistas sobre a economia.

(Na página 5: Lula fala das eleições em São Paulo)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/06/all.pdf>

Por R\$ 9,4 milhões, Lewandowski comprou casa de investigado pela PF

LUIZ VASSALLO E CARLOS EDUARDO VALIM

Em 2024, o então ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, comprou, por R\$ 9,4 milhões, um imóvel de Alan de Souza Yang, conhecido como "China", alvo da Polícia Federal por sonegação bilionária no setor de combustíveis. A aquisição foi feita com uso da empresa familiar que mantinha em sociedade com seus filhos.

Meses antes desse negócio, a casa havia sido vendida à esposa de China por R\$ 4 milhões.

Um mês após a venda, a residência foi bloqueada pela Justiça Federal de São Paulo por causa do desdobramento das investigações contra China.

Isso significa que ela não pode ser vendida e que, se os investigados forem condenados, ela poderá até ir a leilão.

A compra da residência foi efetivada em março de 2024, um mês após a posse de Lewandowski como ministro da Justiça.

Naquele momento, China era investigado havia anos pela PF, já havia sido condenado por adulteração de gasolina e era alvo de uma operação por sonegação em postos de combustíveis.

No ano seguinte, ele passaria a ser alvo da Operação Carbono Oculto, sob suspeita de ser um dos braços de um grupo de empresários ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC). A operação foi deflagrada durante a gestão do próprio Lewandowski no Ministério da Justiça.

Em conversa com o Estadão, Lewandowski garante que a compra foi feita de boafé, que não conhecia e nunca tinha tido contato com os vendedores e que tem brigado para resolver a questão, com a regularização do imóvel ou, eventualmente, até com a sua devolução e ressarcimento do valor pago, uma vez que ele nunca pôde ser efetivamente considerado o dono da residência.

Segundo o ex-ministro, a compra foi feita logo após assumir o cargo no Ministério da Justiça por uma questão de segurança.

Ele morava em uma casa de rua, e preferia, naquele momento, a segurança de um condomínio fechado.

A casa em questão foi apresentada a ele por um corretor de imóveis. "Eu fui na verdade ver uma outra casa, mas achei que era muito próxima ao muro, não tinha a segurança que eu buscava. Aí o corretor me falou dessa outra casa que estava à venda, e fomos ver." **SEGredo DE JUSTIÇA.** Lewandowski diz ter conhecido os proprietários apenas na ocasião do negócio, e que eles apresentaram todas as certidões e documentos comprovando que a casa estava numa situação regular. Ainda segundo o ex-ministro, não teria como saber que Alan de Souza Yang era investigado porque todos os processos relativos a ele corriam em segredo de Justiça.

"O preço pago foi o valor de mercado", disse. O fato de os donos anteriores terem pago bem menos pelo imóvel foi simplesmente pela questão de ele ter sido vendido em leilão.

Procurada, a defesa de China e de seus familiares não se manifestou.

Documentos de cartório obtidos pelo Estadão mostram que a casa tem 777 metros quadrados e fica em um condomínio fechado na zona sul de São Paulo, região onde o ex-ministro já residiu em outros imóveis.

Após um longo histórico de bloqueios judiciais sobre seus antigos donos em razão de dívidas com bancos, a residência foi comprada em leilão em 2019 pelo pai de China - que também é alvo de investigações da PF -, por R\$ 4,9 milhões.

Em dezembro de 2023, o pai de China vendeu o imóvel à sua nora, Anajá de Oliveira Santos Yang, por R\$ 4 milhões. Documentos da Polícia Federal mostram que ela está sob suspeita de ser laranja em transações do marido, que tem parques recursos em suas contas bancárias.

A compra do imóvel pela mulher de China foi registrada no cartório de imóveis em fevereiro de 2024. Um mês depois, a empresa Eryal Empreendimentos e Participações, do recémempossado ministro da Justiça e de seus familiares, comprou o imóvel por R\$ 9,4 milhões.

No 27.º Tabelionato de Notas de São Paulo, o registro da transação entre a mulher de China e a empresa da família Lewandowski mostra que o imóvel foi pago à vista, por meio de uma transferência bancária para a conta de Anajá na Caixa Econômica Federal.

Até dezembro de 2024, Lewandowski teve capital de R\$ 2,1 milhões na Eryal. Depois, doou sua participação aos filhos sob condição de manter usufruto dos imóveis. A empresa foi aberta em 2016 e é dona de dois apartamentos no bairro do Brooklin. Um deles já foi a residência de Lewandowski no passado. A empresa ainda é dona de outro apartamento no Itaim Bibi, em São Paulo, de uma chácara em Itu e de um imóvel comercial em Brasília.

FAMÍLIA INVESTIGADA. A vendedora formal do imóvel dos Lewandowski, Anajá Yang, tem 37 anos, assim como o marido, e é de Maringá, no Paraná.

Foi em postos de combustíveis naquele Estado que investigadores passaram em 2011 a seguir o rastro do casal - em processos públicos no Judiciário e no Diário Oficial de Justiça há pelo menos 10 anos. Eles acumulam investigações por adulteração de combustíveis.

Em depoimento, um ex-sócio dela em um posto no Paraná disse que, apesar de Anajá constar nos quadros da empresa, quem realmente administrava era China.

O pai de China, que vendeu a casa a Anajá, também já foi alvo de investigações porque tem participações nos postos de combustível, punidos diversas vezes pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e investigados pelo Ministério Público.

China já foi investigado ao lado do pai e condenado a penas mais brandas, como uma de dois anos convertida em multa, por adulteração de combustíveis.

Em 2021, passou a ser alvo de um inquérito mais robusto da Polícia Federal, sobre sonegação de R\$ 2 bilhões em distribuidoras de combustíveis.

A investigação culminou, em 2023, com a deflagração da Operação Ilusão, da Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão contra o empresário. No âmbito das investigações, a **Receita Federal** concluiu que ele era o sócio oculto da distribuidora suspeita de sonegação bilionária.

Quebras de sigilo fiscal e bancário mostraram que China declarava rendimentos anuais de R\$ 84 mil, mas as cifras milionárias de seus negócios estavam mesmo em nome de Anajá, sua mulher. Para se ter uma ideia, em apenas um mês, mais de R\$ 3 milhões

entraram e saíram das contas bancárias dela. Ela é ligada a mais de 30 empresas. O marido, a um posto de combustível.

CARBONO OCULTO. Em 2025, China passou a ser um dos investigados no âmbito da Operação Carbono Oculto, que apura sonegação e lavagem de R\$ 52 bilhões atribuída aos empresários Roberto Augusto Leme da Silva, o Beto Louco, e Mohamad Hussein Mourad, o Primo. O esquema passava pelo uso de fundos de investimento do mercado financeiro.

Na decisão que deflagrou a Carbono Oculto, China é descrito como um braço da dupla, que está foragida e negocia delação premiada. Ele seria ligado ao fundo de investimentos Zeus, suspeito de lavagem de dinheiro para Mouhamad e Beto Louco.

As investigações também mencionam que uma empresa usada para aquisição de usinas sucroalcooleiras pelos empresários é ligada a China, citado na investigação como "proprietário de uma rede de distribuidoras e com relações com Mohamad, e conhecido pela adulteração de combustíveis".

"A organização criminosa de Mohamad tem fortes laços com o Primeiro Comando da Capital (PCC), e as redes de postos, conveniências e distribuidoras estão conectadas a pessoas com histórico criminal por fraudes em bombas, tráfico internacional de drogas, e lavagem de capitais", conclui o Ministério Público de São Paulo.

Lewandowski considera que a Operação Carbono Oculto, deflagrada durante a sua gestão no Ministério da Justiça, foi um passo fundamental no combate ao crime organizado.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Liminar derruba cobrança de multa isolada de R\$ 25 milhões

Marcela Villar

Uma liminar da 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto (SP) derrubou uma multa isolada de R\$ 25 milhões imposta à prestadora de serviços de segurança e alimentação Resolv. A cobrança havia sido mantida mesmo após a derrota do contribuinte no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** por voto de qualidade - o desempate pelo presidente do colegiado, que é representante da Fazenda. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que vai recorrer.

Só entre os anos de 2020 e 2023, o desempate foi automaticamente favorável ao contribuinte. Desde que o voto de qualidade no **Carf** voltou a ser a favor da Fazenda, com a Lei nº 14.689, de 2023, foram aprovados benefícios para as empresas, como a exclusão de multas e representação fiscal para fins penais. Mas **Receita Federal** e contribuintes interpretam a legislação de maneiras diferentes.

A legislação é expressa ao excluir as penalidades "quando o julgamento de processo administrativo fiscal foi resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade". Para advogados, como o texto é genérico, valeria para todas as multas. Porém, um parecer da PGFN e a Instrução Normativa (IN) nº 2.205, de 2024, editada pela **Receita Federal**, restringiram a aplicação dessas hipóteses.

De acordo com a IN, as multas aduaneiras, isoladas e moratórias não devem ser excluídas, mesmo se houver derrota no **Carf** por voto de qualidade. Isso porque, no entendimento da União, só podem ser derrubadas as penalidades relacionadas à demanda principal, como a multa de ofício, a qualificada e a agravada.

Em novembro do ano passado, o assunto também entrou na pauta da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan) da Advocacia-Geral da União (AGU). O órgão foi criado para discutir e antecipar litígios que surjam com a **reforma tributária**, mas também debate outras matérias com o objetivo de evitar que a demanda chegue ao Judiciário. Neste tema, porém, não houve consenso.

A divergência na interpretação tem feito os contribuintes proporem ação judicial e, nos poucos

casos que existem, as decisões têm sido favoráveis. A mais recente é a da 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto. Para a juíza Milenna Marjorie Fonseca da Cunha, a lei é que deve prevalecer, pois previu as exclusões das multas "sem estabelecer distinções, de modo que, nesse ponto, a instrução normativa, ao restringir o alcance da norma legal, ultrapassou o poder regulamentar" (processo nº 5000112-75.2026.4.03.6102).

A penalidade foi aplicada contra a Resolv após a negativa de pedido de compensação de créditos previdenciários pela **Receita Federal**. No caso, foi imposto o percentual de 150%, por "falsidade da declaração de compensação apresentada". A penalidade foi mantida pelo **Carf**, por voto de qualidade, em julgamento de setembro de 2024.

No processo, a empresa defendeu que a multa isolada estava vinculada ao caso, e não poderia estar apartada. Nele, havia a cobrança do principal (os valores da compensação indevida) com multa de mora, de 20%. "Isso acabou nos ajudando, porque se tratava de uma multa isolada na cobrança do crédito tributário", diz Paulo Leite, do Stocche Forbes Advogados, que atua no caso. "A **Receita Federal** trata isso [a multa isolada] como principal e que não é factível de cancelamento, com benefício somente dos juros", acrescenta.

Na visão de Leite, esse foi um dos principais pontos que fez a juíza dar a liminar. "Em casos como esse, em que a multa isolada, ainda que num processo apartado, tem uma relação direta com outro processo em que é cobrado um principal, fica muito evidente essa vinculação e a necessidade de cancelamento da multa", afirma ele.

A advogada Maysa Pittondo, coordenadora de área tributária do Moisés Freire Advocacia e exconselheira do **Carf**, diz que não tinha visto antes decisão semelhante, específica sobre multa isolada. Segundo ela, desde a portaria da PGFN, o governo vem tentando restringir a aplicação da legislação. "A lei fala em multa de forma geral, mas a Fazenda entende que é só de ofício, o que, para mim, não tem muito fundamento", afirma.

Em nota ao Valor, a PGFN diz que o artigo 25, parágrafo 9º-A, da Lei 14.689/2023 não se aplica ao

caso. "Não há a relação de acessoriedade em relação a um tributo, trata-se de uma multa decorrente da comprovação de falsidade em declaração de compensação", afirma. Para o órgão, "tal penalidade possui natureza de obrigação autônoma e, portanto, não seria aplicável a previsão da Lei 14.689/2023".

Existem alguns precedentes similares, mas não sobre multa isolada. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES) afastou multa e juros após uma empresa ter perdido no **Carf**, por qualidade, em uma disputa sobre prazo de decadência. A Fazenda defendia que, por ser discussão preliminar, a penalidade não deveria ser derrubada (processo nº 5075609-89. 2024.4.02.5101). Recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Existe ainda outra liminar da Justiça Federal de São Paulo, de maio de 2025, que também afastou a multa de mora (processo nº 5009254-46.2025.4.03.6100).

Para o tributarista Alessandro Cardoso, sócio do escritório Rolim Goulart Cardoso Advogados, a lei não fez qualquer limitação à exclusão das multas. "Há um problema de legalidade. A instrução normativa é uma norma tributária complementar, que só pode explicitar ou destrinchar o que já está na lei tributária, não pode inovar e restringir o alcance da norma, como diz o artigo 99 do Código Tributário Nacional", afirma o especialista.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Novo regime de tributação mudará serviços de datacenter (Artigo)

Janssen Murayama

A Medida Provisória nº 1.318/2025 promoveu relevantes alterações na Lei nº 11.196/2005, instituindo o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), ao lado da reformulação do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes). O novo regime integra a política industrial e tecnológica do governo federal voltada ao fortalecimento da economia digital, da infraestrutura de dados, da computação em nuvem e do desenvolvimento de soluções em inteligência artificial, associando incentivos tributários a compromissos ambientais, energéticos e de inovação.

O Redata é um regime especial de tributação destinado a empresas que implementem projetos de instalação ou ampliação de serviços de datacenter no território nacional, com concessão de suspensão de **tributos** federais na aquisição e na importação de bens destinados ao ativo imobilizado.

Os serviços de datacenter são aqueles providos por infraestrutura e recursos computacionais dedicados à armazenagem, ao processamento e à gestão de dados e aplicações digitais, abrangendo, entre outros, computação em nuvem, processamento de alto desempenho, treinamento e inferência de modelos de inteligência artificial, bem como serviços correlatos definidos conforme a Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS).

Pode ser habilitada ao Redata a empresa que implemente projeto de instalação ou ampliação de datacenter no Brasil, que não seja optante do Simples Nacional, que esteja em situação de regularidade fiscal quanto a **tributos** federais e que não possua registro no Cadin.

Por outro lado, pode ser coabilitada a empresa que mantenha vínculo contratual com beneficiário habilitado, que produza bens de tecnologia da informação e comunicação, por iniciativa própria ou por encomenda, e que forneça tais bens para incorporação ao ativo imobilizado do datacenter habilitado.

A habilitação e a coabilitação são concedidas pela **Receita Federal**, conforme procedimentos a serem

definidos em regulamento.

Ademais, a fruição dos benefícios do Redata está condicionada à assunção cumulativa de compromissos relevantes. Entre eles, destacam-se a disponibilização ao mercado interno de, no mínimo, 10% da capacidade instalada de processamento, armazenagem e tratamento de dados, vedada sua destinação à exportação; o atendimento a critérios de sustentabilidade e energia limpa, com suprimento integral da demanda energética por fontes limpas ou renováveis; a observância de eficiência hídrica, com índice de eficiência hídrica (WUE) igual ou inferior a 0,05 L/kWh, aferido anualmente; e o investimento mínimo de 2% do valor dos bens adquiridos com benefício do regime em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD I), em parceria com instituições científicas e tecnológicas, instituições de ensino, fundos tecnológicos, organizações sociais ou serviços sociais autônomos.

Há, ainda, previsão de substituição do compromisso de capacidade por investimento adicional em PD I, bem como de redução de 20% dos compromissos para projetos localizados nas Regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste.

No âmbito tributário, o Redata concede suspensão do pagamento do PIS/Cofins, do PIS/Cofins-Importação, do IPI e do Imposto de Importação incidentes na venda no mercado interno e na importação de bens destinados ao ativo imobilizado do datacenter. Essa suspensão converte-se em alíquota zero desde que os compromissos assumidos sejam cumpridos e que os bens sejam efetivamente incorporados ao ativo imobilizado, sendo que as listas de bens elegíveis serão definidas por ato do Poder Executivo.

O descumprimento dos compromissos legais implica o recolhimento dos **tributos** suspensos, acrescidos de juros e multa, a suspensão dos benefícios para novas aquisições, o cancelamento da habilitação caso a irregularidade não seja sanada no prazo legal, bem como restrições ao grupo econômico e vedação à nova adesão por até dois anos.

Ademais, cumpre destacar que os benefícios do Redata têm vigência de cinco anos, mas os efeitos relativos ao PIS/Cofins, ao PIS/Cofins-Importação e ao

IPI estão previstos apenas até 31 de dezembro deste ano, nos termos da **reforma tributária** sobre o consumo, consubstanciada na Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023 e na Lei Complementar (LC) nº 214/2025.

Nesse contexto, o Redata tende a desempenhar papel relevante no estímulo à expansão e à consolidação dos serviços de datacenter no Brasil, setor que atualmente é fortemente dependente de soluções prestadas por empresas estrangeiras.

A criação de um regime especial de tributação voltado à instalação e à ampliação de datacenters em território nacional contribui para a internalização da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados, reduzindo a dependência tecnológica externa.

Trata-se de um serviço cada vez mais estratégico, na medida em que os datacenters concentram informações, documentos e arquivos sensíveis, inclusive aqueles relacionados à segurança nacional.

Ao incentivar a localização desses serviços no país, o Redata fortalece a proteção dos interesses das empresas brasileiras e amplia a tutela dos dados e da privacidade dos cidadãos brasileiros, alinhando-se a objetivos de soberania digital e segurança da informação. Vamos torcer!

Janssen Murayama é sócio-fundador de Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Hugo Motta prometeu fazer a reforma administrativa mas entregou o "trem da alegria" - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

Ao assumir a presidência da Câmara, em fevereiro de 2025, o deputado Hugo Motta (Republicanos- PB) tinha planos de aprovar um projeto de peso que ficaria como marca de sua gestão. Seus dois antecessores passaram reformas importantes: Rodrigo Maia, a da Previdência em 2019, e Arthur Lira, a Tributária em 2023. Essa era a expectativa. Mas, um ano depois, a realidade é que Motta não entregou reforma alguma. Em direção contrária, patrocinou a aprovação de um projeto "fura- teto" para servidores. Depois de defender a administrativa dizendo que o Brasil tem um modelo de funcionalismo em que "engorda a barriga do Estado, enquanto o cidadão emagrece", Motta aprovou um "trem da alegria" que terá custo de R\$ 800 milhões. Uma baita dieta de engorda.

I INTRIGA. É fato que Motta não agiu sozinho. O Senado também aprovou um extra teto para os servidores, inclusive de maneira mais ampla entre os cargos. O que causou ciúmeira e queixas no funcionalismo da Câmara, reclamando que na Casa apenas "o andar de cima" foi beneficiado.

I CORPO FORA. A equipe econômica do governo Lula falou em imoralidade e escárnio, disse que não foi consultada, mas a verdade é que a aprovação teve apoio dos parlamentares do governo, cuja liderança não orientou voto contrário ao projeto.

I PROVA DOS 9. A decisão agora está nas mãos do presidente Lula.

Ele, que tanto insiste no discurso "ricos contra pobres", teria um argumento para vetar a "escala 3x1" da Câmara, que oferece um dia de licença convertida em pagamento extra - sem incidência de **impostos** - para cada três de trabalho, beneficiando a elite do funcionalismo público.

I AVISO. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou a executivos da Enel que a situação da empresa em São Paulo é inviável, e que determinará à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a abertura de um novo processo para romper o contrato com a companhia italiana.

A conversa aconteceu no ministério na quarta-feira, 4, segundo apurou a Coluna com integrantes do governo. Procurada, a Enel não comentou as declarações do ministro. Disse que reiterou o compromisso "em manter seu alto nível de investimentos no País e com a melhoria dos serviços".

A companhia afirmou ainda que apresentou a Alexandre Silveira iniciativas para ampliar a capacidade operacional.

I TÉCNICAS. O RenovaBR e a Escola de Governo das Organizações dos Estados Americanos (OEA) iniciam hoje o curso Gestão Municipal e Eleições 2026. A ideia é capacitar prefeitos, vereadores e secretários para dialogar com candidatos e tomar decisões.

I BASTIDORES. Ciente de que a segurança pública é o calcanhar de Aquiles para a pauta eleitoral do governo Lula, o ministro da Justiça, Wellington César, recebeu em seu gabinete o relator da PEC da Segurança Pública, deputado Mendonça Filho, e outros deputados.

O clima do encontro foi cordial. Não houve imposição sobre trechos do texto que deveriam ser mantidos ou alterados.

Mas, segundo relatos, nas entrelinhas o principal recado foi para o governo tratar o tema tecnicamente, sem explorar a política eleitoral na tramitação da PEC.

O assunto será tratado entre técnicos da pasta e do Legislativo, nas próximas semanas.

PRONTO, FALE!!

Magno Karl Diretor executivo do Livres

"Aumento salarial acima da **inflação** e folgas extras remuneradas reforçam o encastelamento da elite do serviço público e o distanciamento do mundo real."

CLICK

Gilberto Waller Júnior Presidente do **INSS**

Durante depoimento à CPMI do **INSS**, citou o alto número de reclamações de aposentados contra empréstimos consignados oferecidos pelo Banco Master.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente do INSS nega encontro com Vorcaro e diz que contrato 'cheirava mal'

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Gilberto Waller Júnior, negou ontem que tenha se reunido com Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master. Ele disse achar que algo "cheirava mal" nos contratos consignados celebrados pelo banco. "Já para avisar, o Vorcaro nunca foi ao **INSS**, porque eu sei que essa pergunta vão fazer." l

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula apoia mandato para ministros do Supremo

Sofia Aguiar e Renan Truffi

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na quinta-feira (5) o debate em torno dos mandatos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em entrevista ao portal UOL, Lula, ao ser questionado sobre as investidas do Congresso para estabelecer mandatos no Supremo, como forma de evitar a perpetuação de juízes no poder, respondeu: "Eu acho que precisamos discutir isso. Porque não é justo uma pessoa entrar com 35 anos e ficar até 75 [no STF]. Ou seja, não é justo, é muito tempo", afirmou. Ele ponderou, no entanto, que essa é uma discussão a ser feita com os parlamentares e que não deve ser associada à atuação dos magistrados.

A análise foi feita em um momento em que o Supremo está sob pressão, principalmente por causa da condução das investigações das fraudes no banco Master, após ter sido protagonista na condenação dos responsáveis por tentar um golpe de Estado após as últimas eleições. Na avaliação de Lula, "nada está livre" de mudanças.

Na entrevista, Lula também avaliou o cenário para as eleições deste ano. O presidente aumentou a pressão sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que ele saia candidato em São Paulo nas eleições de 2026. Segundo Lula, tanto o chefe da equipe econômica quanto o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, terão papéis "a cumprir" na corrida eleitoral do Estado.

"Não conversei com Haddad nem Alckmin, mas eles sabem que têm um papel para cumprir em São Paulo. Nós temos condições de ganhar eleições em São Paulo", respondeu Lula.

O recado a Haddad coincide com a resistência do ministro em disputar o governo do Estado mais uma vez. O chefe da equipe econômica chegou a admitir, por exemplo, que prefere atuar na coordenação de campanha de Lula. Porém, ponderou que uma decisão final ainda depende de um alinhamento com o chefe do Executivo federal.

Inicialmente, na entrevista, o presidente não citou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, como um dos quadros importantes para a disputa. Questionado, então, especificamente sobre a situação dela, o

presidente respondeu que ela "também tem um papel a cumprir".

Para além de São Paulo, Lula mostrou otimismo com o quadro que está se desenhando em Minas Gerais. Sobre o Estado, o presidente admitiu que "não desistiu" do nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD) como possível candidato.

"Vamos ganhar as eleições em Minas. Ainda não desisti de Pacheco para ser governador. Ainda vamos ter uma conversa", disse. Apesar da confiança no pleito deste ano, o presidente disse que há mais dificuldades em alguns Estados do que em outros. "Vamos ter que fazer jogo político", emendou.

Pacheco deve deixar o PSD para se filiar ao União Brasil nos próximos dias. A articulação foi conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e aumenta as chances de Pacheco disputar o pleito.

Em meio à troca de cadeiras que está sendo feita nos partidos por conta do processo eleitoral, Lula também falou sobre o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), que, recentemente, saiu do União Brasil tendo em vista a possibilidade de concorrer à Presidência da República no pleito. Ele atacou o gestor estadual e alegou que o governador é a favor do aumento da jornada de trabalho, em contraposição aos esforços que a presidência está fazendo para acabar com a escala 6x1. "Se dependesse do Caiado, ia ser aumentada jornada de trabalho [no Brasil] para 14h, sem pagar adicional [de salário]."

Além de dar destaque às bandeiras que devem ser usadas na campanha presidencial, o Palácio do Planalto também está monitorando formas de evitar com que escândalos prejudiquem Lula no pleito. Um dos temas, neste aspecto, é a fraude nos descontos associativos feitos sobre contracheques de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Sobre esse assunto, o chefe do Executivo disse que conversou com o filho Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, sobre um possível envolvimento no esquema. "Quando saiu o nome de Lulinha do caso do **INSS**, eu disse a ele que, se ele tiver algum envolvimento, pagará o preço. E disse que,

se ele não tiver nenhum envolvimento, poderá se defender", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260206/>

Congresso só deve tratar de caso Master depois do Carnaval

Gabriela Guido e Caetano Tonet

As medidas que estão em articulação no Congresso para fazer frente à descoberta das fraudes no banco Master e à condução das investigações por Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), devem ficar para depois do feriado de Carnaval. Esse adiamento alimentou a esperança daqueles que não querem que a discussão política do tema ganhe força, o que inclui a cúpula da Câmara e do Senado. A avaliação, no entanto, é que tudo depende do desenrolar das investigações da Polícia Federal (PF) sobre o caso.

O depoimento do dono do Master, Daniel Vercaro, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foi inicialmente marcada para quinta-feira (5), mas a oitiva ficou para a última semana do mês, dia 26, após pedido da defesa do investigado.

O colegiado também adiou a análise de requerimentos que tratavam do caso, como os que pediam a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Master. A votação também estava prevista para quinta.

Ao mesmo tempo, os pedidos de abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara e CPIMs, com deputados e senadores, também não devem acontecer antes do feriado. Lideranças importantes do Congresso são contra a instalação desses colegiados e já sinalizaram que essas iniciativas não devem prosperar.

Além disso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UniãoAP), ainda não definiu quando irá marcar uma sessão do Congresso. Embora parlamentares o pressionem para agendar a análise dos vetos ao projeto de lei que diminui as penas dos condenados pelo 8 de janeiro, o adiamento da sessão permite que a leitura do requerimento de abertura de uma CPMI não seja feita a tempo da organização de um colegiado que termine antes do segundo semestre.

Nos bastidores, aliados de Alcolumbre afirmam que o presidente do Senado "não gosta de CPI" e a resistência é ainda maior em ano de eleição.

Apesar disso, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), articula uma reunião com Alcolumbre para

defender a instalação de uma CPI do Master. Além de outras lideranças partidárias, a ideia é que integrantes da CPI do Crime Organizado e o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Renan Calheiros (MDB-AL), que criou uma subcomissão de acompanhamento das investigações relativas às fraudes no Banco Master, também participem do encontro.

"Estamos propondo que haja uma conversa presencial para que a gente tenha um ajuste de procedimentos de como nós vamos fazer a investigação. Nós queremos fazer a investigação com transparência e responsabilidade", afirmou Braga ao Valor.

O relator do colegiado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), quer convocar a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para prestar depoimento à CPI. O parlamentar quer explicações sobre o contrato firmado por ela com o Banco Master para a prestação de serviços advocatícios.

O movimento do senador acontece após a notícias de que Viviane, dona do escritório Barci de Moraes Sociedade de Advogados, teria firmado um contrato para exercer a advocacia para o Banco Master. No requerimento apresentado ao colegiado, Vieira levanta suspeitas de que o pagamento ao escritório seria feito com o uso de recursos ilícitos.

"Investigações da Operação Carbono Oculto apontam que o Banco Master teria sido capitalizado por meio de fraudes e recursos provenientes do tráfico de drogas, operacionalizados pela gestora CBSF DTVM (antiga Reag Trust) através da emissão de CDB's. Há, portanto, fundados indícios de que os vultosos pagamentos à sociedade de advogados tenham origem em recursos ilícitos, o que pode configurar, em tese, o crime de lavagem de dinheiro", justifica o senador.

Por estar sendo questionada sobre um serviço jurídico prestado a um cliente, Viviane está protegida pelo direito ao sigilo profissional previsto na Constituição e pode questionar a obrigatoriedade de prestar depoimento à CPI, de acordo com Elival da Silva Ramos, professor de direito constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Ela também não precisa confirmar ao colegiado

a existência de um contrato com o Master.

"O comparecimento da esposa do ministro Alexandre, desde que regularmente convocada em CPI, é obrigatório. Todavia, pode se eximir de depor sobre o contrato questionado por dois motivos: pelo direito ao silêncio que assiste a todos os depoentes que possam, em razão de seu depoimento, virem a ser inculcados; em segundo lugar, pelo sigilo profissional, que é obrigado a guardar em relação a contratos privados firmados com clientes, no exercício da advocacia", explicou Elival. "Ela pode, inclusive, deixar de reconhecer a existência do contrato."

Além de Viviane, o senador também protocolou a convocação de dois irmãos do ministro Dias Toffoli. José Carlos Dias Toffoli Cônego e José Eugênio Dias Toffoli foram sócios do resort Tayayá, no Paraná, e venderam suas participações para um fundo de uma empresa ligada ao Master. Como justificativa, Vieira cita suspeitas de "utilização de influência institucional para fins privados", uma vez que Toffoli é o relator das investigações do caso Master no STF.

Por serem solicitações de convocação, a aprovação desses requerimentos obriga a presença dos depoentes perante os membros da CPI. Também foram protocolados no sistema do colegiado alguns pedidos de convite desses familiares de ministros do STF.

Tanto as convocações quanto os pedidos ainda não foram analisados ou votados pelos membros da CPI. Vieira espera que eles sejam votados na primeira sessão deliberativa após o carnaval. Procurados por meio da assessoria do STF, Moraes e Toffoli não se manifestaram.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260206/>

Contenção do escândalo faz germinar ambiente para nova Lava-Jato

César Felício

Na falta de um fato novo - um vazamento, um início de delação premiada ou colaboração, uma novidade bombástica - o escândalo do banco Master está momentaneamente contido em seus desdobramentos no mundo político. Enquanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não marca data para a sessão do Congresso que fará a leitura do requerimento da instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), alega uma fila de prioridades para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Casa, sendo que não há nenhuma CPI em funcionamento, não pode ser outra a leitura. Sobretudo depois da ênfase dada por Alcolumbre à busca de uma "harmonia entre os Poderes" e na aversão a pautas divisivas.

Os insatisfeitos irão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas é duvidoso que a Corte colabore para a instalação de uma CPMI que, claro está pela autoria, do deputado Carlos Jordy (PL-RJ), mira nos ministros Dias Toffoli e Alexandre Moraes.

O primeiro tem a sua condução em relação ao caso Master contestada desde o início, já que avocou o caso para si após viajar para Lima em companhia de um advogado ligado ao conglomerado financeiro. O segundo entrou na alça de mira pelo contrato de sua mulher para o Banco Master.

Há toda uma outra rede de motivações, para além do antagonismo do bolsonarismo com o STF, que move o Congresso para que a investigação do Master avance. O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor do requerimento da CPI, quer colocar sob investigação o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), seu adversário regional e controlador do Banco Regional de Brasília (BRB), que foi usado para tentar salvar o Master do naufrágio.

O presidente da CPMI que apura os desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), senador Carlos Viana (Pode-MG), tenta trazer o caso para o colegiado, como uma maneira de garantir sobrevivência, uma vez que a prorrogação dos trabalhos é incerta. O relator da CPI do crime organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), tenta trazer o caso para

si. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Renan Calheiros (MDB-AL), instalou uma subcomissão para tratar do tema. O Master recebeu investimentos do Instituto de Previdência de Maceió, cidade comandada por João Henrique Caldas (PL), principal aliado do deputado Arthur Lira (PP-AL), maior adversário do emedebista.

São pontos soltos que, vistos em conjunto, tecem uma frente "antiacordão", da mesma forma como existe uma para amortecer os efeitos do caso. O que torna a segunda mais forte do que a primeira é que a frente pelo acordão detém o poder real. Mas o precedente da Operação Lava-Jato deixa uma sombra no ar. Pedindo reserva, os articuladores das CPIs admitem que depositam mais esperança no que pode vir da Polícia Federal (PF) do que dos trabalhos legislativos.

A crônica do país entre 2014 e 2016 foi o de uma permanente tentativa de se tecer "um grande acordo nacional" para garantir uma estabilização política. Esse acordo foi tentado inicialmente na Procuradoria-Geral da República (PGR), depois no próprio Supremo, depois com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e todas as tentativas foram frustradas com o avanço das investigações em torno do esquema de corrupção montado pelas empreiteiras de então. O resultado final foi a falência momentânea do sistema político e a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018.

Quem aposta em uma nova Lava-Jato, desta vez não poupando nem sequer o Supremo, é antes de tudo um otimista. Crê firmemente que o escândalo do caso Master pode ser enorme, indo do sistema financeiro às igrejas, das cúpulas dos partidos ao Judiciário, mas está confiante que envolvidos estarão os outros, todos os outros, estando ele no rol dos sobreviventes e eventuais beneficiários políticos. A reação do eleitorado, contudo, pode ser a de procurar novamente uma solução antissistema radical. Já há quem se apresente assim na pré-campanha eleitoral, como mostram os vídeos do presidenciável nanico Renan Santos (Missão).

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260206/>

Itaú deve ampliar lucro e manter retorno elevado

Álvaro Campos e Lais Godinho De São Paulo

O Itaú Unibanco reiterou ontem que nunca esteve tão bem posicionado para um início de ano. A instituição comandada por Milton Maluhy havia feito essa mesma observação no início de 2025 e terminou o ano entregando lucro recorde, acima das suas próprias projeções ("guidance"). Para 2026, mesmo com eleições, a expectativa é de lucro em alta e rentabilidade permanecendo em um patamar bastante elevado.

Analistas apontam que, no ponto médio do guidance, o lucro do Itaú crescerá entre 8% e 9% este ano, para perto de R\$ 50 bilhões. Questionado durante teleconferência com analistas, Maluhy afirmou que o guidance não é "defensivo, mas realista", até mesmo em função do maior nível de incerteza trazido pela eleição presidencial.

Segundo ele, o banco é sempre muito disciplinado na alocação de capital e não faria sentido promover, por exemplo, uma expansão muito forte do crédito e depois, com uma mudança no cenário, ter de rever isso. "Mas se virmos oportunidades, se pudermos entregar mais, vamos fazê-lo."

Maluhy lembrou que a eleição tende tradicionalmente a trazer mais volatilidade, embora isso não se reflita, por enquanto, nos indicadores econômicos. "Não sabemos como o investidor vai reagir ao processo eleitoral. Qual será o plano econômico do candidato? O Banco Central vai conseguir cortar os juros, chegar aos 12,75% que projetamos? Qual será a qualidade do crescimento do **PIB**? Nós projetamos 1,9%, mas será mais com estímulo fiscal, com ganho de produtividade?"

Antes, o vice-presidente financeiro, Gabriel Moura, apontou que o retorno sobre o patrimônio (ROE) ficou em 26% no Brasil no quarto trimestre. Se o capital principal fosse menor, em 11,5%, que é o apetite definido pelo conselho de administração, essa rentabilidade seria ainda maior, chegando a 27,3%. "Eu tinha mencionado que a gente tinha tido um ótimo 2024, eu acho que a gente teve um excelente 2025, e eu acho que a gente nunca esteve tão preparado para começar um ano como a gente começa em 2026", disse.

Segundo Moura, a criação de valor do banco aumentou ao longo dos últimos anos. "A gente sai de uma criação de valor de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 18,5 bilhões. Ou seja, em cinco anos, a gente é capaz de dobrar a criação de valor que o banco faz", afirmou.

O executivo ainda destacou que, em 2025, o Itaú concluiu a migração dos 15 milhões de clientes para seu super app. "Não é só um processo de migração de plataforma, é um processo de uma oferta de "full banking" digital para esses clientes." Em 2025, o Itaú também bateu recorde com sua adquirente, a Rede. No ano, foram transacionados R\$ 1 trilhão, sendo a Rede a primeira adquirente a bater essa marca.

Um ponto que pode ser um pouco mais desafiador neste ano é a inadimplência. Em pessoa física no Brasil, o indicador está na mínima histórica, de 3,6%, e assim o banco vê uma "normalização". Maluhy explicou que o custo de crédito deve subir um pouco em 2026, mas por conta do crescimento da carteira, o que não seria preocupante.

"Custo do crédito deve subir um pouco este ano, mas tem a ver com a expansão da carteira, é o colesterol bom. Não vemos nenhuma preocupação com o cenário", explicou. Em pequenas e médias empresas (PMEs), disse, o banco cresceu em linhas governamentais e, com o fim da carência desses programas, a inadimplência deve subir "bem pouco". No quarto trimestre de 2025, já houve um aumento de dez pontos-base na inadimplência dessa carteira, que passou para 1,8%.

Em termos de expansão do crédito, ele diz que não há nenhum segmento que se destaca, com crescimento em todas as linhas. Em grandes empresas pode haver mais volatilidade, em função das eleições e de como será o comportamento dos mercados de capitais. Ele também elogiou o programa emergencial de acesso a crédito com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), mas apontou que há uma certa indefinição para este ano.

Segundo o executivo, existe conversa com autoridades para um novo aporte, embora ainda seja incerto. "A gente tem conversado, tanto com a Fazenda, quanto com o BNDES, com o governo, para dar visibilidade",

disse Maluhy. "Do ponto de alocação de recursos públicos, acho que não tem programa melhor sucedido. Então, tem discussões acontecendo, a gente não sabe se haverá um apetite com um aporte adicional."

Já em pessoa física, ele disse que o Itaú é líder no novo consignado privado e também pode haver alguma melhora no consignado **INSS**. Primeiro, porque, com a queda da Selic, será possível atender mais segmentos, mesmo que o teto de juros definido pelo governo para essa linha fique estável. Segundo, porque são esperados avanços operacionais, após o governo adotar bloqueios automáticos para prevenir fraudes, o que causou muita fricção nos últimos meses.

As ações do Itaú fecharam em alta de 2,0% ontem e analistas elogiaram os resultados. "O Itaú entregou mais um trimestre sólido e consistente", diz a Genial, que aponta o lucro líquido recorrente recorde de R\$ 12,32 bilhões no trimestre, com alta de 3,7% sobre o trimestre anterior e de 13,2% na comparação anual, marginalmente acima do consenso e das estimativas da casa. Os analistas destacam que a rentabilidade voltou a avançar, com ROE de 24,4%, "mantendo ampla vantagem competitiva frente aos principais pares".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Pai de Vorcaro contrapôs seguradoras por crédito de carbono

Rita Azevedo

Em meio à batalha judicial das seguradoras para barrar uma lei que as obriga a investir parte de suas reservas técnicas e provisões em créditos de carbono, Henrique Vorcaro, pai de Daniel Vorcaro, do Banco Master, tentou convencê-las a mudar de ideia, apurou o Valor.

Em março de 2025, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra um dispositivo da Lei no 15.042, de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Um dos artigos do texto determina que seguradoras, entidades de **previdência complementar**, sociedades de capitalização e resseguradores adquiram créditos de carbono ou cotas de fundos de investimento nesses ativos no percentual mínimo de 0,5% ao ano sobre suas reservas técnicas e provisões - valores que as seguradoras são obrigadas a separar e manter aplicados para garantir que terão dinheiro suficiente para pagar indenizações futuras aos segurados.

Após a apresentação da ADI, Henrique Vorcaro buscou pessoalmente contato com representantes do setor segurador para tentar uma espécie de negociação, visando manter a obrigatoriedade do investimento nos créditos de carbono, disseram fontes. O argumento usado era de que os recursos seriam cruciais para o crescimento desse mercado e beneficiaria essencialmente o país.

A família Vorcaro tem relação com ativos ambientais associados à contabilização de carbono em florestas por meio da Alliance Participações e Investimentos. A empresa tem como sócios, além de Henrique Vorcaro, sua filha, Natália Vorcaro. Fontes ouvidas pelo Valor reforçam que, além do empresário, nomes de partidos do Centrão tentaram articulações no mesmo sentido, mas não tiveram sucesso.

A ADI 7795 começou a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 19 de dezembro. O julgamento foi interrompido ontem a pedido do ministro Cristiano Zanin. Até agora, foram três votos favoráveis à derrubada da obrigação dos investimentos.

O relator da ação, ministro Flávio Dino, disse, durante o voto, que ao obrigar apenas as empresas seguradoras a investir nos créditos de carbono, o Legislativo cometeu discriminação, especialmente levando em conta que as empresas do setor não são as maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa.

"O critério de diferenciação - ser sociedade seguradora, entidade aberta de **previdência complementar**, sociedade de capitalização e ressegurador local - não está diretamente vinculado ao propósito da norma, na medida em que tais entidades não são as maiores contribuintes para emissão de gases de efeito estufa. Há, portanto, violação ao princípio da isonomia", afirmou o ministro.

Pelo mesmo motivo, Dino também considerou violado o princípio do poluidor-pagador. Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli acompanharam o voto do relator.

O parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) tinha seguido a mesma linha. Na manifestação sobre o tema, Paulo Gonet, disse que não havia o que se criticar "quanto à constitucionalidade da lei sob o ângulo formal", mas que, em relação à compatibilidade material das normas impugnadas com princípios constitucionais da isonomia, da proporcionalidade, da livre iniciativa e da segurança jurídica há alguns pontos que devem ser considerados.

Um deles é que a escolha das entidades "que devem suportar o ônus do financiamento da medida de estímulo ao mercado de carbono" se deu, basicamente, porque essas instituições dispõem de uma vasta reserva financeira, caracterizada pela liquidez e que está sujeita a regulação pelo Poder Público.

Para Gonet, a escolha das instituições operadoras do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para financiar o mercado de crédito de carbono se baseou em fatores insuficientes para se justificar constitucionalmente. "Do fato de essas entidades disporem de recursos consideráveis para serem investidos não se pode deduzir que se possa, só por isso, obrigá-las a alocá-los em um determinado mercado, independentemente de as finalidades deste ostentarem elevado sentido social", diz.

Ainda não é claro quando as seguradoras devem começar a cumprir a lei, caso o dispositivo continue valendo, já que será necessário um processo de regulamentação. Na redação original, as seguradoras deveriam cumprir a obrigação no ano de entrada em vigor da lei e o percentual de destinação era maior, equivalente a 1% das reservas técnicas. Isso foi posteriormente modificado, com a exclusão do prazo e a redução da parcela para 0,5%.

Em novembro, o Ministério da Fazenda informou que, antes da regulamentação da lei, haverá uma consulta pública sobre como se dará essa aplicação.

Procurada, a CNseg não quis se manifestar. A defesa de Henrique Vorcaro não comentou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Medida pode ajudar a destravar reforma administrativa

/ LEVY TELES

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator da reforma administrativa, disse ao Estadão que a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de determinar a suspensão de pagamentos de penduricalhos, poderá destravar a tramitação da proposta na Câmara.

"O ambiente que você tinha no passado, que você tinha ontem, da política querendo empurrar para frente, "vamos falar depois da eleição", a decisão do ministro Dino pode ir ao contrário e acelerar essa discussão", afirmou o relator.

DEBATE. O texto da reforma administrativa prevê o fim dos penduricalhos e um limite no salário de funcionários públicos.

Para Pedro Paulo, a decisão de Dino é "excepcional, moralizadora, provoca o debate e é corajosa". "Fiquei feliz que ele traz no texto elementos que tratei na reforma", disse o deputado do PSD. "Essa decisão reflete a indignação da sociedade." Ainda de acordo com o parlamentar, isso também é fruto da indisposição da elite do funcionalismo público em dialogar com o Congresso para encontrar uma solução pelo consenso no Legislativo. "Essa negativa da política (por representantes da elite dos servidores públicos) em negociar dá nisso.

Veio aí uma decisão extemporânea.

Se não foi por bem, vai à força, ao invés de fazer no ambiente do Parlamento. A negativa desses segmentos não quererem negociar acaba nisso", declarou o relator.

Ele acredita que haverá uma reação forte. "O ministro jogou uma granada. A quantidade hoje dessa elite de servidores que recebe esses penduricalhos é muito grande. Vai ter uma fortíssima reação. Por isso é corajosa. Aliás, a decisão é mais radical que um texto, que tem um aspecto negociado", disse Pedro Paulo.

REPERCUSSÃO. Entre os governistas, a determinação do ministro do STF foi celebrada. O líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), disse que acredita, agora, no avanço da reforma administrativa neste ano. "Eu acredito que pode ajudar.

Agora, é um texto difícil, porque há interesses de tudo quanto é Poder", afirmou.

A determinação teve boa repercussão até mesmo na oposição.

O senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL no Senado, afirmou que a medida "tem que ser elogiada". "Temos cobrado, eu pessoalmente na CCJ, em todas as reuniões, o avanço do fim dos penduricalhos."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dino suspende penduricalhos em todos os níveis dos três Poderes

Giullia Colombo e Lu Aiko Otta (Colaboraram Beatriz Roscoe e Caetano Tonet)

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na quinta-feira (5) os chamados penduricalhos do serviço público nos três Poderes, em todos os níveis da federação, incluindo toda a magistratura e o Ministério Público. Ele deu 60 dias para que cada um reavalie as leis que fundamentam todas as verbas remuneratórias e indenizatórias atualmente pagas a seus servidores e suspenda imediatamente aquelas que não estiverem expressamente previstas em normas federais, estaduais ou municipais.

A decisão liminar (provisória) será submetida ao plenário do STF, em sessão presencial, marcada para o dia 25 de fevereiro pelo presidente da Corte, Edson Fachin.

Apesar de não ter relação direta, a decisão de Dino ocorreu dois dias depois de o Congresso aprovar projetos que reajustam os salários dos servidores do Legislativo. As propostas também criam gratificações que chegam a 100% da remuneração e podem superar o teto salarial, equivalente ao vencimento dos ministros do STF, de R\$ 46,3 mil. A lei segue agora para sanção, mas auxiliares têm aconselhado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a vetar o texto.

Em seu despacho, Dino fez um alerta para o uso indevido de verbas ditas indenizatórias que, na prática, servem para elevar salários e ultrapassar o limite previsto na Constituição. Ele também determinou que o Congresso edite uma lei para regular quais são as verbas indenizatórias que valem como exceção ao teto da remuneração do funcionalismo público.

A liminar foi proferida em um reclamação proposta pela Associação dos Procuradores Municipais do Litoral Centro Sul do Estado de São Paulo em dezembro de 2025 sobre honorários para a carreira. A associação pedia que os valores fossem reconhecidos como verbas remuneratórias, mas Dino negou a solicitação.

De acordo com o ministro, apesar de o STF já ter se manifestado diversas vezes sobre a inconstitucionalidade de "supostas verbas de caráter indenizatório", tendo decidido pela sua suspensão,

segue ocorrendo uma disseminação "extraordinária" dessas parcelas.

"Esta Suprema Corte já se pronunciou sobre a inconstitucionalidade de diversas prestações pecuniárias que, revestidas do aspecto formal de parcelas indenizatórias ou de pagamento por serviço excepcional, tratava-se, na realidade, de vantagens remuneratórias dissimuladas, resultantes do mero exercício ordinário pelo agente estatal de atividades funcionais inerentes às atribuições de seu cargo", escreveu.

O ministro afirmou que há um "fenômeno da multiplicação anômala" dessas verbas indenizatórias que chegou a um patamar excepcional, o que se convencionou chamar de "penduricalhos", que não existem no direito brasileiro nem no dos países mais ricos do mundo. Citou casos que ficaram conhecidos, como o "auxílio-peru" e o "auxílio-panetone".

Ele também considerou que, apesar de o Congresso ter editado uma emenda constitucional em 2024, que definia a previsão de verbas indenizatórias como exceções ao teto, a lei ainda não foi editada e, por isso, perdura uma "variedade e criatividade".

Diante da situação, o ministro entendeu que há um "descumprimento generalizado" da jurisprudência do STF, que impõe que a Corte decida sobre cada caso que chega.

"Esse descumprimento generalizado, em vez de implicar a busca de correções ou autocorreções, tem produzido uma incessante busca por "isonomia". Afinal, como a grama do vizinho é mais verde, é "natural" que haja uma constante corrida para reparar essa "injustiça", com criação de mais "indenizações" acima do teto, que serão adiante estendidas a outras categorias, em "looping" eterno."

Nesse sentido, o ministro afirmou que, para que a situação seja resolvida, o Congresso deve regulamentar quais são as verbas indenizatórias realmente admissíveis como exceção ao teto. Sendo assim, determinou que sejam

oficiados o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-

PB), para que resolvam a omissão apontada.

"Por este caminho, certamente será mais eficaz e rápido o fim do Império dos Penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos **servidores públicos** e para a eficiência e dignidade do serviço público", escreveu Dino.

Convencionou-se chamar de penduricalhos os adicionais incluídos fora do teto da remuneração estabelecida pela Constituição para o funcionalismo público. Atualmente, o limite é de R\$ 46 mil e é definido pelo salário de ministros do Supremo.

As "verbas indenizatórias" que ficam de fora desse teto incluem desde auxílio-alimentação, auxílio-transporte e ajuda de custos com mudança até custeio de diárias em viagens de trabalho. A ideia é que os valores funcionassem como compensações, mas acabaram por permitir que as carreiras jurídicas e do Ministério Público na União e nos Estados criassem uma série de "vantagens" fora da classificação legítima de "indenização".

No Congresso, apesar de os parlamentares terem aprovado a criação de outros penduricalhos esta semana, a avaliação foi de que a decisão de Dino é positiva, mas afeta mais o Judiciário e os funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU), do que os do Legislativo. Deputados e senadores também demonstram ceticismo com a manutenção da liminar pelo STF.

"O pau que dá em Chico, dá em Francisco. Se for para todo mundo e for para valer, então a equidade é que é importante. Agora é importante também saber que onde estão os maiores penduricalhos é no Poder Judiciário. Então tem que ver se vai valer para lá também", disse o deputado Danilo Forte (União-CE).

Relator do projeto sobre a reforma administrativa, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) lembrou que a proposta estava sob ataque do que classificou como "Operação Penduricalhos". O movimento, segundo ele, foi comandado por setores da magistratura e do Ministério. Procurada, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) não comentou.

Para ele, a decisão de Dino "mostra absoluta sintonia com a indignação da sociedade dos exageros cometidos em todos Poderes e nos demais entes". Também disse que "coloca no centro do debate e na mesa para negociar, uma elite do serviço público que se recusava e bloqueava qualquer iniciativa de disciplinar esses absurdos".

A repercussão também reacendeu o debate sobre o

projeto que limita os supersalários, que está parada no Congresso. O líder do PT, deputado Pedro Uczai (SC), lembrou que a proposta tem apoio de toda a bancada do partido.

Já para o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), é preciso ponderar e considerar uma recomposição inflacionária do teto do funcionalismo, porém, a decisão de acabar com os penduricalhos é justa. "Eu defendo o fim dos penduricalhos. Mas é preciso reconhecer que um ministro do Supremo, por exemplo, não vive só do salário do teto. O teto está defasado, assim como o salário mínimo."

Presidente do Senado em quatro oportunidades, Renan Calheiros (MDB-AL) disse que a liminar está respaldada na Constituição. "Guilhotinar penduricalhos representa uma economia anual de cerca de R\$ 20 bilhões. O ministro Dino tem a visão saneadora dos estadistas", escreveu no X.

Já o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Alison Souza, defendeu que os três Poderes precisam definir uma regra comum de remuneração que garanta ao menos a recomposição inflacionária. "Ou a regra é para todos, ou não é para ninguém. Nós, do Legislativo, não aceitaremos mais isso. Nós fizemos da forma correta, na lei, todo mundo está fazendo por ato interno, resolução."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260206/>

Pena para crimes contra a honra de servidores será maior

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou uma norma do Código Penal que prevê pena um terço maior a quem cometer crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) de funcionários públicos em razão de suas funções, incluindo os presidentes do Senado, da Câmara e da Corte.

Os ministros entenderam que esses agentes públicos estão submetidos a um regime jurídico próprio, o que justifica estabelecer uma punição maior àqueles que praticarem contra a sua honra.

Venceu a posição de Flávio Dino, que foi acompanhada pelos ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Nunes Marques, Dias Toffoli e Cristiano Zanin. Ficou vencida a posição do relator, o ministro aposentado Luís Roberto Barroso, que foi acompanhada por Cármen Lúcia e André Mendonça.

O presidente da Corte, Edson Fachin, optou por uma terceira via ao votar para invalidar totalmente o aumento de pena para crimes contra a honra de agentes públicos. O ministro entendeu que a Constituição não prevê esse tipo de exceção e que funcionários da administração pública deveriam exercer a "tolerância" a opiniões negativas.

Em maio de 2025, quando o julgamento começou, Barroso havia proposto que o aumento da pena valesse apenas para os crimes de calúnia, por entender que, neste caso, a integridade da instituição que o agente público representa seria afetada. Segundo o ministro, no entanto, agravar a penalidade para os outros crimes poderia representar uma restrição indevida à liberdade de expressão.

Ao divergir, Dino argumentou que o cargo público e a liberdade de expressão não podem servir de "escudo" para a prática de crimes, mas reconheceu que retirar a previsão de pena maior poderia gerar um cenário de "vale-tudo" contra o agente e a instituição que representa.

O Supremo analisou uma ação do PP que questionava a constitucionalidade de um trecho do artigo 141 do Código Penal que previa o aumento da pena em um terço para quem cometesse crime contra a honra de agentes públicos, em razão da sua função. A norma foi alterada em 2021 para incluir os presidentes do Senado, da Câmara e do STF.

Os crimes contra a honra representem três infrações distintas: calúnia (falsa imputação a alguém de um fato criminoso), injúria (insulto ou ofensa à dignidade ou decoro de alguém) e difamação (ato para desacreditar alguém).

O PP argumentava que o trecho protegia de maneira excessiva os agentes públicos, em comparação aos demais cidadãos. Também alegava que feria a liberdade de expressão.

O julgamento começou em maio de 2025, mas foi suspenso. Na ocasião, Dino e Mendonça protagonizaram uma divergência incisiva sobre o caso. Ao debater a questão, os ministros usaram como exemplo chamar alguém de ladrão. Enquanto Mendonça defendeu que o adjetivo configurava uma opinião crítica, Dino afirmou que seria uma ofensa grave, pois representava um crime.

"Não admito que ninguém me chame de ladrão. Essa tese da moral flexível que inventaram desmoraliza o Estado. Por favor, não admito, é uma ofensa gravíssima e não crítica", declarou Dino na ocasião.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260206/>

"Estamos criando o SUS da cultura"

Ministra Margareth Menezes enfatiza redistribuição territorial de recursos e plano para agência nacional da música. Por João Bernardo Caldeira, para o Valor, do Rio

De cantora popular a ministra da Cultura, Margareth Menezes assumiu a missão de reconstruir um ministério desmontado e reativar políticas interrompidas. Prestes a completar quatro décadas de carreira no próximo ano, a artista baiana de 63 anos chegou ao cargo sem trajetória partidária nem ambição prévia de ocupar um posto no Executivo.

Na prática, ela passou a conduzir uma das áreas mais turbulentas do governo federal, atravessada por um histórico recente de deslegitimação institucional, alta demanda e restrições orçamentárias. Em 2025, o orçamento discricionário do Ministério da Cultura (MinC) foi de R\$ 908 milhões.

A pasta movimenta mais dinheiro, já que, além de sua dotação orçamentária, gere recursos de programas de fomento indireto - motivo para um relatório do Tribunal de Contas da União do ano passado que apontou inconsistências na prestação de contas de parte dos projetos, reportado pelo jornal O Estado de S. Paulo. O MinC divulgou então uma nota afirmando que o relatório não incorporava informações relevantes e atualizadas. A ministra comenta: "Fala-se muito de um passivo na prestação de contas de projetos culturais, mas hoje já temos o marco regulatório do fomento, que facilita a execução e fiscalização".

Margareth diz que seu propósito é reposicionar o setor não apenas como campo de expressão, mas também como atividade econômica de alto efeito multiplicador, capaz de gerar empregos, movimentar cadeias produtivas e ampliar o acesso da população a bens culturais.

Diante da concentração histórica de investimentos no eixo Rio-São Paulo, uma das frentes centrais da política da pasta tem sido a redistribuição territorial dos recursos, que busca corrigir assimetrias regionais no acesso ao financiamento público. Está em estudo a criação de uma agência nacional da música nos moldes da Ancine, a agência dedicada ao audiovisual, como forma de fortalecer um dos campos mais emblemáticos da cultura brasileira.

Nesta entrevista, a ministra faz um balanço de três anos de governo e projeta as prioridades da reta final da gestão, reflete sobre os impasses estruturais de

transformar a cultura em política pública efetiva, comenta os dados econômicos que sustentam a defesa da Lei Rouanet e reconhece os limites políticos enfrentados na tentativa de regular os serviços de streaming no Congresso Nacional.

Valor:

Como uma cantora virou ministra da Cultura, a exemplo de Gilberto Gil?

Margareth Menezes: Eu nem sonhava em ser ministra. Foi uma grande surpresa, uma mudança total de paradigma na minha vida. Refleti sobre a oportunidade que poderia ser. Vou completar 40 anos de carreira em 2027 e atravessei muitos desertos de falta de apoio e de patrocínio. Não é fácil ser artista e sobreviver. Todos nós somos trabalhadores da cultura e estamos defendendo o nosso direito de viver e de trabalhar. Eu sou uma artista que convivo no chão da fábrica.

Valor: Qual seria essa oportunidade que a senhora enxerga ao comandar o ministério?

Margareth: Essa intimidade que o brasileiro tem com as artes e a cultura vem muito de uma necessidade de sobrevivência. A arte e o esporte são ferramentas de emancipação do nosso povo: do povo negro, do povo indígena, das pessoas pobres, das periferias e das grandes cidades. Eu venho dessa realidade. E precisava, sim, que as políticas chegassem mais perto. Vi essa oportunidade de fazer com que as políticas culturais pudessem alcançar o Brasil como um todo. Um governo que não investe numa indústria desse tamanho está perdendo tempo e oportunidade.

Valor: A redistribuição territorial de recursos é um dos focos centrais da sua gestão?

Margareth: Fizemos um levantamento dos investimentos em todas as áreas, como Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), Ancine e Lei Rouanet, e detectamos uma concentração histórica muito grande no Rio e em São Paulo. Precisávamos mudar isso. Criamos então a Rouanet Região Norte, Nordeste e nas favelas, voltadas para esses territórios. É bom que artistas e técnicos possam exercer suas profissões em suas cidades. Quando o artista consegue trabalhar onde mora, desafia os grandes centros. Essa história de descentralização dá a ideia de que tiramos de um lugar para botar em outro, e não é isso que acontece. São Paulo e Rio de Janeiro têm

uma tradição de investimentos em cultura e servem de exemplo para o resto do Brasil. O que estamos fazendo é fazer chegar onde nunca chegou, cuidar do Brasil do tamanho que ele é.

Valor: Historicamente, o orçamento da pasta é insuficiente para atender ao setor. Nesse contexto, o incentivo fiscal da Rouanet se tornou o principal instrumento do MinC para implementar suas políticas?

Margareth: Não, é um deles. A Lei Rouanet é uma legislação com 33 anos, de arquitetura muito sofisticada, admirada por outros países. Encomendamos um estudo que mostrou a real dimensão da lei de incentivo. Mas temos também a Política Nacional Aldir Blanc, uma conquista do setor cultural brasileiro. O mecanismo alcançou uma aderência de 100% dos estados e 99,9% dos municípios do país [apenas dois municípios não aderiram: Santa Cruz da Esperança e Ipiguá, ambos em São Paulo]. Foram R\$ 3 bilhões repassados pela União no primeiro ciclo (2023-2024) e R\$ 1,6 bilhão até o começo deste ano. Essa política possui cotas para povos indígenas e cultura afro-brasileira e um percentual para os pontos de cultura, que garante o fortalecimento de uma imensa rede. São recursos chegando aos rincões do país que nunca tiveram acesso a uma injeção federal na área. Estamos criando o SUS da cultura.

Valor: O que o estudo sobre a Rouanet revela?

Margareth: A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostrou que cada R\$ 1 investido via Rouanet movimenta R\$ 7,59 na economia. Os R\$ 3,3 bilhões aportados em 2024 geraram R\$ 3,9 bilhões em **impostos** para o país e uma alavancagem econômica de R\$ 25,7 bilhões. Foram 228 mil postos de trabalho criados, 159 mil diretos e 75 mil indiretos. O público total impactado pelos 4.939 projetos executados em 2024 foi de 89,3 milhões. Para mim, não adianta ficar brigando sobre a lei. Essa é a resposta desse setor gigante do nosso país e da população que consome cultura, acesso à arte e o direito ao bem cultural. Dá certo, sim, investir em arte no Brasil.

Valor: Movimentos do setor trazem a histórica demanda de 1% do orçamento do governo para a cultura. Não foi possível avançar?

Margareth: É uma luta constante. O setor cultural, como indústria, precisa de investimento, assim como qualquer outro setor. Tem que haver uma mudança de visão em relação a isso. Então, o 1% seria algo muito bom para nós, porque, de todas as áreas do governo, a cultura é a de menor orçamento, com 0,45% em relação ao Orçamento Geral da União. Quer dizer, não chegamos nem a 1%, mas já temos um impacto

importante. Não se desperdiça nada quando se investe em cultura. Lidamos também com outra questão: somos parte do mesmo governo. Se corta lá, corta para todo mundo. Claro que a gente quer ter mais para poder entregar mais, mas estamos andando de acordo com o barco.

Valor: Quais são os principais gargalos? Margareth: Precisamos considerar que, quando chegamos, não tinha ministério. Estamos falando de um desmonte. Desapareceu tudo. Só não levaram a cadeira. Um lugar que deveria produzir políticas para o setor tinha gente xingando o próprio setor. Teve todo um trabalho para o ministério voltar a andar. Ainda existe a questão da desinformação: grande parte da sociedade não entende a necessidade de um Ministério da Cultura. Criminalizar a cultura prejudica o Brasil. Fala-se muito de um passivo na prestação de contas de projetos culturais, mas hoje já temos o marco regulatório do fomento, que facilita a execução e fiscalização. Temos a missão de implementar o Sistema Nacional de Cultura, assim como a regulação dos serviços de streaming e dos direitos autorais no ambiente digital, pautas difíceis.

Valor: Estamos vendo o sucesso de filmes como "O Agente Secreto", resultantes de políticas públicas, ao mesmo tempo que o setor reclama de morosidade. Como a senhora responde a essa crítica?

Margareth: Entregamos a retomada dos investimentos no audiovisual. Superamos o volume registrado em 2018, o maior até então (acima de R\$ 1,2 bilhão, segundo dados da Ancine). Hoje, o país alcançou um recorde histórico de 3.554 salas de cinema em operação. Reativamos políticas interrompidas, como os arranjos regionais com estados e municípios, de cofinanciamento federativo. Desde 2023, são 154 filmes produzidos. A realidade hoje é completamente diferente da que encontramos: estava tudo congelado, havia uma enorme perseguição e preconceito com o setor artístico nacional.

Valor: Entidades de classe e artistas, como o ator Wagner Moura, criticam a proposta de regulação do streaming defendida pelo governo, argumentando que a contribuição das plataformas é insuficiente e permitiria o reinvestimento dos recursos em seus próprios catálogos. O projeto ainda tem fôlego para avançar?

Margareth: É preciso que as pessoas entendam que não é o Ministério da Cultura que faz a proposta. Estamos vendo a realidade do Congresso. Existe lobby, e o governo não tem maioria. Algumas coisas o governo está perdendo, como também tivemos muitas vitórias. O ministério ouve o setor, só que a gente tem que encontrar a régua possível. É dessa forma que se

constrói. Não sabemos ainda o que vai acontecer neste ano de eleição. Acredito que havia uma janela melhor no ano passado.

Valor: A Funarte retomou o fomento às artes, mas com recursos limitados. O edital Myriam Muniz de teatro contemplará apenas 16 espetáculos do país. É suficiente?

Margareth: Desde 2023, a Funarte investiu R\$ 200 milhões em projetos artísticos. O volume dos editais tem relação direta com a questão do orçamento do ministério. Ainda existem gargalos muito fortes. Mas considero o trabalho da Funarte importante e de resgate. Estamos buscando criar editais para festivais de música e pensar a criação de uma agência da música brasileira, nos moldes do que a Ancine representa para o audiovisual. Pelo volume de produção, o setor musical brasileiro precisa de uma agência.

Valor: A senhora permanecerá no posto até o final do governo?

Margareth: Fico, sim. Ainda temos muito trabalho. Precisamos continuar avançando para materializar essas oportunidades para o povo brasileiro. O Brasil ainda é muito atrasado na tarefa de melhorar a qualidade de vida e garantir acesso a políticas básicas de transformação social. Precisamos assegurar que os cidadãos de cada cidade brasileira tenham seus direitos culturais garantidos. A cultura está em todo lugar.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

IR mínimo para alta renda pode alterar procura por isentos

Fernanda Guimarães

Investidores de alta renda e que serão afetados com o Imposto de Renda (IR) mínimo de 10%, incluindo dividendos, poderão iniciar uma onda de migração de títulos isentos no próximo ano, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), para os tributados como os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). Apesar de contraintuitivo, investir em títulos que incidem tributação poderá, a depender do caso, ajudar na busca de eficiência tributária.

O cálculo que já vem sendo feito por tributaristas é que, a depender do volume de dividendos recebidos pelo investidor, que começaram a ser tributados em 10% a partir de R\$ 50 mil por pessoa física, poderá ser mais eficiente se recolher o imposto dos CDBs, por exemplo, que variam entre 15% a 22%, ou seja, acima dos 10% do imposto mínimo. Com isso poderia se criar uma espécie de "crédito" de imposto pago que poderia ajudar a abater o tributo total nos dividendos. A equação ganha ainda mais complexidade porque essa atratividade dependerá das taxas pagas pelos títulos, o isento e o tributável. Ou seja: haverá muita conta a ser feita para se saber o que será mais vantajoso ao final.

A matemática a ser feita por aqueles que recebem dividendos deverá incluir também o imposto efetivo pago por cada empresa pagadora desses proventos. Isso porque se uma empresa tiver uma tributação efetiva em 34%, por exemplo, o imposto de 10% retido na fonte poderá ser restituído ao investidor. Isso já não ocorrerá para empresas que pagam 24% de imposto ou menos. Isso acontecerá porque, pelas novas regras, se a soma efetiva da taxa dos lucros das empresas e da taxa de imposto mínimo cobrada pela pessoa física superar os 34% haverá essa possibilidade de restituição do imposto retido na fonte do dividendo.

"Isso muda a dinâmica de investimento. Hoje esse investidor analisa apenas a rentabilidade", afirma o sócio do escritório Pinheiro Neto, Vinicius Seixas, da área de tributário do escritório Pinheiro Neto. O olhar, a partir de agora, será conjunto, aponta.

O sócio do escritório Levy Salomão, Felipe Salomon, destaca que as análises deverão ser feitas caso a

caso e que o tema será um novo ponto que os assessores financeiros terão que levar em consideração. "Em um cenário de dividendos mais fracos pode fazer mais sentido investir nos isentos", aponta o especialista. O potencial, segundo ele, é de uma mudança até mesmo nas taxas de retorno, algo que os próprios bancos começaram a voltar a atenção.

Planilhas circulam no mercado para o investidor ver as opções porque, a cada número, a lógica pode mudar. Por exemplo, um investidor que recebeu R\$ 1,5 milhão em dividendos e aplicou R\$ 2 milhões em uma LCI, a uma taxa de 80,50% do CDI, teve com esse investimento um rendimento isento de R\$ 118,5 mil. Ao final, ele terá com

a cobrança do imposto mínimo de 10% um rendimento líquido total de R\$ 1,468 milhão com um pagamento de imposto de R\$ 150 mil. Um segundo investidor, que também recebeu R\$ 1,5 milhão em dividendos, mas decidiu aplicar R\$ 2 milhões em um CDB com uma taxa de 100% do CDI, teve um rendimento de R\$ 148.262,56 nessa aplicação financeira. Nesse cenário hipotético, pago o IR de 20%, terá com isso um rendimento líquido no CDB de R\$ 133.436,30 - ou seja pagou R\$ 29,6 mil de imposto.

Nesse exemplo, esse valor pago de IR poderia ser "deduzido" de seu imposto total, fazendo com que o total de tributo pago caísse para cerca de R\$ 135 mil. Com isso, o rendimento líquido total desse investidor, ao final, seria de aproximadamente R\$ 1,483 milhão, ou seja, mais do que o investidor do LCI.

"Com a entrada do IR mínimo, o que passa a importar para o contribuinte de alta renda será

o IR global devido sobre os seus rendimentos", explica Salomon, do Levy Salomão.

Ricardo Maito, sócio da área tributária do escritório TozziniFreire, afirma que tem discutido o assunto especialmente com family offices, mas que uma tendência maior deverá ser observada a partir de 2027. Ele aponta que, na sua visão, o dificultador será saber o quanto cada empresa pagadora dos dividendos paga de imposto efetivo. Isso porque para o investidor essa informação vai fazer diferença, visto que, a depender do imposto pago pela companhia, poderá haver restituição do IR detido.

Pedro Hatsuia, consultor de investimentos da B.Side, que atua na área de gestão de fortunas, afirma que, com o início da taxação dos fundos exclusivos, os investidores de alta renda naturalmente migraram para o rol dos títulos isentos. Uma nova mudança, segundo ele, deve ainda depender das interpretações que virão da Receita.

Maito, do escritório TozziniFreire, destaca que as instituições financeiras, para entender melhor o impacto na demanda pelos produtos isentos, terão que primeiramente traçar o perfil da base de investidor de cada produto, de modo a entender se existe presença relevante de investidores de alta renda - e também se são recebedores de dividendos.

O responsável pela área de "wealth planning" da XP, Renato Folino, afirma que no momento muita conta está sendo feita e que, dependendo do caso, o investimento isento continuará sendo a melhor escolha para esse investidor de alta renda. "Primeiro, precisa olhar a rentabilidade, trocar o isento pelo tributável não será algo óbvio", diz. Folino afirma que tem aconselhado aos clientes que utilizem o último Imposto de Renda para fazer as contas e entender melhor os efeitos. "Pode ser uma proxy para o ano que vem."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Novos rumos da ordem global (Artigo)

Armando Castelar Pinheiro

Armando Castelar Pinheiro, professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ, é PhD em economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

Com razão, no último ano se deu muita atenção à forma algo caótica, autocentrada e lastreada em instrumentos incomuns com que a diplomacia trumpiana vem reconfigurando a ordem geoeconômica global, enfraquecendo as instituições multilaterais e até certo ponto alienando seus parceiros tradicionais. Bem menos atenção tem sido dada, porém, a um dos principais motivadores dessa radical mudança na postura americana: a rápida ascensão econômica da Ásia Emergente.

Sobre isso, vejamos, por exemplo, as mais recentes projeções do FMI. Elas apontam que, no quinquênio 2026-30, a Ásia Emergente e em Desenvolvimento (AED) responderá por 54,4% do crescimento do **PIB** mundial, contra pouco mais de um terço disso (19,6%) das Economias Avançadas (EA). Com isso, a participação da AED no **PIB** mundial, medida em paridade de poder de compra (PPP), irá a 37,9% em 2030, superando a das EA (36,3%). Participações essas que, em 2005, eram de 18,8% e 54,1%, respectivamente.

As projeções da OCDE no seu "Long-Run Economic Scenarios" sugerem que esse processo se aprofundará nas décadas seguintes. Assim, considerando o cenário de "Business-as-usual energy transition, median climate damage curve, no carbon mitigation costs", a OCDE projeta que o **PIB** conjunto de China e Índia sairá do equivalente a 99% para 142% do **PIB** agregado dos países do G7, de 2025 para 2050. Neste cenário, tanto China como Índia teriam, em menos de vinte anos, um **PIB** maior do que o dos EUA (em PPP). Ou seja, a economia mundial seguirá retornando para a Ásia, onde se concentrava até dois séculos atrás, antes que a Revolução Industrial e todo o progresso observado na Europa e nos EUA a trouxesse para o Ocidente.

Acontece que o tamanho da economia influi muito no poderio econômico, político e militar dos países e, portanto, em como se organizam as relações internacionais. Em essas projeções se confirmando, a forma como o mundo se organiza e tenta resolver seus problemas comuns vai mudar bastante.

Encontrei uma excelente análise sobre esses temas

no livro de Vince Cable, "Eclipsing the West: China, India and the forging of a new world" (Manchester University Press, 2025). Além de bem escrito e atual, o livro me agradou por três aspectos principais. Primeiro, ele faz uma análise relativamente profunda do que se passa com a economia e a política da China e da Índia. Sobre aquela sabemos um pouco mais, mas sobre esta é notável o quão pouco acompanhamos, apesar de a Índia ter crescido 6,3% ao ano na média dos últimos 30 anos, devendo em breve se tornar a quarta maior economia do mundo e, daqui a não muito tempo, a terceira. Talvez isso se deva à Índia ser uma economia muito mais fechada que a China, focada mais na exportação de serviços do que de bens.

O livro também é interessante por ser relativamente neutro quanto ao debate ideológico atual, evitando tomar lado nas disputas. É interessante, por exemplo, o paralelo que traça entre Donald Trump, Xi Jinping e Narendra Modi, com suas tendências autoritárias e de culto à personalidade, assim como as semelhanças entre o capitalismo estatal de China e Índia, de um lado, e, cada vez mais, os EUA, ainda que, claro, em bem menor escala, em que a segurança nacional se sobrepõe à busca da eficiência.

Essa abordagem ajuda a enriquecer a análise de um dos pontos focais do livro: como a nova ordem global, com uma super potência em declínio relativo, e outras duas em ascensão, vai limitar, ou não, nossa capacidade de lidar com desafios coletivos, como ter regras econômicas que promovam a eficiência, lidar com o problema do aquecimento global e evitar conflitos militares que desemboquem no uso de armas nucleares, o que o livro chama de Armadilha de Kindleberger.

Por fim, ajuda que o livro olha bastante à frente, em especial se perguntando se China e Índia vão conseguir superar os atuais desafios econômicos e seguir crescendo em ritmo acelerado. O autor, nos dois casos, acredita que sim: que a China superará a atual crise imobiliária e a "armadilha da renda média" e que a Índia seguirá melhorando o ambiente de negócios e investindo bastante em infraestrutura e novas plantas industriais. Ele é especialmente otimista quanto à Índia, por sua dinâmica demográfica mais favorável e o potencial de aproveitar a mão de obra hoje subutilizada.

O último capítulo é o mais interessante. Nele o autor traça três cenários futuros. No primeiro, que chama de "Ocidente Global", as políticas hoje defendidas pelos

EUA funcionam, levando o mundo a uma nova Guerra Fria, que fragmenta a economia mundial e consegue travar o crescimento chinês. Nele, a Índia se alinha ao Ocidente e segue crescendo rápido, enquanto os EUA mantêm sua posição hegemônica e a União Europeia perde relevância. No segundo, do "Mundo Multipolar", China, Índia e EUA se tornam superpoderes que dominam suas áreas de influência, mas sem haver um poder hegemônico. Segundo Cable, esse seria o cenário de sonho do Brics. Para ele, porém, nenhum desses dois cenários é provável, além de terem o problema de não dar resposta à Armadilha de Kindleberger. Assim, ele defende antes o terceiro cenário, de um "Mundo Multilateral", onde o poder também se distribui entre as três superpotências, mas há mais cooperação mundial.

São apenas cenários, claro, mas não há dúvida que uma nova ordem mundial está em formação. O desafio é adivinhar para onde ela nos levará.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260206/>